

APRESENTAÇÃO

Dois anos e meio se passaram, desde o último Seminário sobre a Economia Mineira, em novembro de 1983. Tão pouco tempo, tantas e importantes transformações; a restauração da democracia, com a Nova República, a restauração da cidadania, pela adoção e adesão ao Plano Cruzado.

Também mudaram as perspectivas econômicas; o Brasil já mostrava sinais de recuperação ainda em 1984. A Nova República abandonava, progressivamente, o tratamento recessivo para o soerguimento econômico. Em 1985, convocava-se a Constituinte para reorganizar-se a vida política, social e jurídica do país.

Minas não esteve indiferente a tudo isso. Uniu-se. Comandou a restauração política. Praticou a conciliação ativa. Foi decisiva na busca da renovação da nacionalidade. Sacrificou um de seus grandes. Sintetizou, uma vez mais, por anseios e atos, a alma nacional.

Minas põe-se, agora, a refletir e agir na busca da restauração da economia, como na retomada do desenvolvimento em todos os sentidos. Procura integrar-se ao esforço de todo o país. O III Seminário visa esta busca; procura dar, a Minas, luzes não só sobre o futuro de sua economia e suas coisas, mas, ainda, sobre o passado - passado e futuro de constituinte, de ente importante no social e político, de quem desempenha papel marcante na cultura e identidade nacionais.

Nossa profunda gratidão e simpatia a Diamantina e sua gente, em especial, ao Centro de Geologia Eschwege, do Instituto de Geociências da UFMG, na pessoa de seu Diretor, Prof. Pedro Ângelo Almeida Abreu e de sua Secretária Maria Idelma Seabra Maia. Gratos, também, somos aos Profs. Augusto César e João Antunes de Oliveira, respectivamente, Diretor e Ex-Diretor da Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina.

À Central Energética de Minas Gerais - CEMIG, agradecemos o apoio para a publicação destes anais, por seu Diretor Financeiro, Dr. Luís Aníbal de Lima Fernandes, incentivador de primeira hora da organização do Seminário de Diamantina. O mesmo agradecimento, também, cabe ao BDMG, tanto quanto ao seu ex-Presidente Dr. Roberto Brant, outro que se aliou à idéia, desde o primeiro momen

to. Na mesma medida agradecemos ao CNPq, à Fundação João Pinheiro, ao INDI e à SEPLAN-MG que formam o elenco de instituições estaduais e federais que têm colaborado incessantemente, quer com ajuda material, quer, principalmente, com participação na apresentação e discussão de trabalhos.

Cabe, ainda, agradecer à FINEP, cujo apoio às pesquisas do CEDEPLAR tem propiciado, cada vez mais profundamente, a compreensão de Minas e suas coisas. Este Seminário, em grande medida, é reflexo desse esforço.

Por fim, nosso agradecimento a todos os participantes e assistentes; aos professores e funcionários do CEDEPLAR, FACE, Centro Audiovisual, Imprensa da UFMG, cuja atenção, dedicação, e esforço tornaram possível realizar o Seminário. Gratidão especial cabe a Maristela Sette, Miriam Efigênia Matias e Maristela França da Secretaria Geral, a Marli Barbosa da Silva, Nadir Augusta de Melo, Vilma Ponciano Rosa, do Setor Financeiro, Marialice Barroca Cunha da Biblioteca, Hildette Antunes Siqueira e Lúcia Efigênia Santana da Mecanografia, todas do CEDEPLAR que estiveram diretamente ligadas à organização do Seminário e, também, a Andréa de Mattos Gatti, minha Secretária.

Haydn Coutinho Pimenta
Editor

INTRODUÇÃO

Pela terceira vez, nos encontramos em Diamantina para discutirmos os rumos da economia mineira. Continuamos investigando as raízes de nosso desenvolvimento no passado. Desta feita, dedicamos um espaço maior para a economia do trabalho livre e para o período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX. A escravidão é tema de um painel, no qual se procura indicar quais os caminhos para pesquisas futuras.

Quanto à economia recente, procuramos construir novas estratégias para o crescimento na segunda metade da década de oitenta.

Entre 1950 e 1980, a economia mineira cresceu a uma taxa anual média de 7,9%, superior à taxa de crescimento do PIB brasileiro, que foi de 7,1% ao ano. Neste ritmo, o produto estadual dobrou a cada 9 anos aproximadamente, contrastando com o crescimento da população do Estado, que foi de 1,8% ao ano em média, no mesmo período.

Este crescimento significou mudanças muito acentuadas na estrutura produtiva do Estado, conforme demonstram dados divulgados pela SEI-SEPLAN. A agricultura perdeu sua posição relativa ao passar de 38,4% do Produto Interno Bruto, em 1950, para 12,4%, em 1980. Em seu lugar, cresceram a indústria de transformação, que de 19,6% do PIB, em 1950, chegou a 29,9%, em 1980, e a indústria extrativa mineral, que, muito embora tenha uma participação relativa pequena, mais que dobrou sua parcela no PIB, de 1,0%, em 1950, para 2,7%, em 1980.

Dentro da indústria de transformação o crescimento mais significativo foi das indústrias de Minerais não-metálicos, metalúrgica e mecânica que, em 1949, representavam 27,6% do total do valor agregado bruto da indústria de transformação e, em 1975, já atingiam 57,6% desse total.

Estas transformações estão associadas a um processo de intensificação da inserção da economia mineira à economia nacional. Entre 1951 e 1961, a economia mineira era muito pouco sensível às variações da economia brasileira. A elasticidade do PIB mineiro, em relação às variações do PIB nacional, cresceu no período 1962/74, comparativamente ao período anterior (1951/61) e cresceu, ainda mais, no período posterior (1975/83). Também a defasagem de resposta do PIB mineiro à variações do PIB brasileiro, de

cerca de 3 anos, parece ter sido maior no período de auge (1962/74) do que de desaceleração e recessão (1975/1983). Estes dados parecem indicar que a autonomia do Estado, para gerir sua economia, está restringida tanto pela centralização fiscal e administrativa, quanto pela dependência crescente da economia mineira à economia externa ao Estado.

Esta incapacidade do Estado em influir, decisivamente, nos rumos de sua economia, através da utilização dos instrumentos tradicionais de política econômica, é preocupante, quando se observa o quadro social do Estado. O rápido crescimento da economia mineira, no passado recente, foi acompanhado de um processo crescente de concentração da renda. Os rendimentos da população economicamente ativa estão desigualmente distribuídos, conforme indica o coeficiente de Gini, que mede o grau de concentração da renda, e que passou de 0,4932 para 0,5603, de 1960 a 1980. Esta situação não melhorou na década de oitenta. Conforme dados da PNAD, em 1984, 49,8% da população economicamente ativa em Minas Gerais eram constituídos por aqueles que não auferiam rendimento algum e por aqueles que auferiam até 1 salário mínimo. De todos os economicamente ativos, 82,1% não possuíam, em 1984, rendimento superior a 3 salários mínimos, em Minas Gerais.

Estes dados sugerem que o desempenho da economia mineira não tem sido suficiente para reduzir o nível de pobreza e gerar empregos com remuneração superior ao mínimo legal. Este é o grande desafio de Minas Gerais: eliminar a pobreza.

As mudanças recentes na economia brasileira indicam que os fatores que inibiam o seu crescimento no curto prazo estão, em certa medida, sob controle. O desempenho da balança comercial tem sido suficiente para fazer face aos serviços da dívida externa, o componente inercial da inflação foi eliminado e o Governo federal nos garante que também mantém, sob controle, o déficit público. Se feitos estes ajustes, pode-se pensar em um novo ciclo de expansão da economia brasileira. Expansão seguramente diferente da passada. Será um crescimento que, no curto prazo, terá que se compatibilizar com a política de estabilização monetária, com as limitações impostas pelas dívidas externa e interna. Um crescimento que se

fará em outro contexto político, onde deverão prevalecer os resultados das negociações políticas, que é a expressão objetiva da prática democrática. Um crescimento, cujas prioridades serão o combate à fome e ao desemprego e não, apenas, à elevação da renda per capita.

Neste quadro, como devemos pensar o desenvolvimento da economia de Minas Gerais? Este Seminário se propõe a discutir um novo padrão de desenvolvimento para Minas Gerais. Estamos querendo desenhar estratégias alternativas de crescimento que sejam compatíveis com esta nova época da história econômica e política deste país.

Os trabalhos e painéis deste Seminário visam indicar os caminhos para um novo padrão de desenvolvimento para Minas Gerais. Os trabalhos abordam temas como o sistema produtivo (agricultura e indústria), o sistema financeiro, a situação das finanças públicas de Minas Gerais, o impacto das migrações sobre o mercado de trabalho, etc.

Os painéis discutem o papel das instituições no desenho do novo padrão de desenvolvimento e as alternativas de gestão da economia mineira, para atender seus novos objetivos.

Este volume reúne os trabalhos apresentados no III Seminário sobre a Economia Mineira, organizado pelo CEDEPLAR da UFMG. Ao torná-los públicos e discutí-los, a Universidade cumpre, uma vez mais, uma de suas missões que é refletir, com a sociedade, sobre o destino desta.

Paulo Paiva

